

PDU: a tendência a ser rejeitado depois de intensamente debatido

Texto de Friederick Brun Vieira

Intensamente debatido na Câmara Municipal, nos últimos dias, o Plano Diretor Urbano de Vitória ainda não oferece uma perspectiva segura quanto ao seu futuro, muito embora exista uma clara tendência dele ser rejeitado em sua totalidade. Para isso, são necessários cinco votos e quatro vereadores — José Maria Ramos Gagno, Antônio Pelaes, Ademir Antunes e Atharé Stamato da Fonseca e Castro já têm como posição definida o voto contra.

Contudo, a conhecida imponderabilidade das decisões políticas, especialmente na Câmara, pode levar a uma mudança de posições e, com ela, uma aprovação do PDU, incluindo em seu texto modificações substanciais. Sem considerar os fatores que pesam no voto dos representantes do povo, como circunstâncias políticas, por exemplo, uma coisa pelo menos já se tem como certa: se aprovado, ninguém pode garantir que o PDU será colocado em prática.

A constatação é de diversos setores mas se expressa melhor através do líder do MDB, vereador Ademir Antunes, que em várias oportunidades fez desfilar alguns exemplos de como mesmo antes do Plano ser posto em votação a Prefeitura de Vitória já se decide a não cumprir algumas de suas propostas. É o caso do aterro de mangues, proibido por lei federal, lei municipal, pelo bom senso que leva em conta os princípios ecológicos e pelo próprio PDU, mas que teimosamente vem sendo feito pela PMV na área do Lixão de Goiaibeiras.

Segundo Ademir, o empréstimo solicitado recentemente à Câmara pela Prefeitura, a ser conduzido junto ao BNH, visa urbanizar algumas áreas compostas por mangues, na periferia da Ilha. O mesmo Ademir afirma que a tão discutida proibição de se construir acima da cota 50 nos morros, que é absorvida pelo PDU mas que já era objeto de lei, nunca foi respeitada e que, especialmente agora, a PMV inicia a construção de um mirante no alto das torres de televisão, enquanto facilita a ocupação dos morros com uma estrada situada na cota 80.

Exemplos não tão recentes são oferecidos pela lei municipal 2.481, de fevereiro de 1977, mais conhecida como Código de Posturas do Município, em que grande parte das proibições é simplesmente ignorada

pela população. O polêmico Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano, também, previsto pelo PDU, ao que parece, também não apresenta garantias de realmente vir a funcionar. Afinal, um estranho Codim — Conselho de Desenvolvimento do Município — também foi criado em 1977 e nunca mais se ouviu falar dele.

Além de todas estas considerações, restam outras, levantadas no decorrer dos debates que foram realizados na sexta-feira da semana retrasada e de segunda a sexta da semana passada. O empresário Daniel Alves, por exemplo, que compareceu às discussões representando a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Espírito Santo (Ademi-ES), acha que o Plano é elitista, citando como argumento o fato de que as classes produtoras não foram ouvidas durante sua elaboração e que alguns modelos de assentamento, como o do Contorno de Vitória — equiparado ao de bairros como a Ilha do Frade e do Boi, simplesmente não correspondem à realidade local.

Em palestra realizada segunda-feira, o arquiteto Marcelo Vivacqua adotou uma posição contrária à de sua classe e considerou que algumas propostas contidas no PDU se assemelham a uma "ditadura de Estado, intermediário para o Comunismo". No entender do arquiteto, se o Plano fosse aplicado a Vitória inviabilizaria 80 por cento dos lotes disponíveis para construção, devido às exigências e limitações que estabelece para isso. Achou também que o Plano poderia provocar uma queda de 70 por cento no comércio imobiliário da cidade.

O engenheiro e também empresário Luís César De Biase na quarta-feira comparou o Plano a uma "camisa-de-força estatal", fazendo referência, assim, às limitações que impõe à construção. Já o igualmente empresário e ex-presidente da Findes, Jones dos Santos Neves Filho, ao abordar o PDU, na quinta-feira, destacou o que chamou de aspectos discutíveis do Plano.

Segundo ele, o PDU não considerou a interdependência dos vários municípios que compõem a Grande Vitória, sua elaboração ficou por conta de uma equipe técnica da qual não participou a comunidade sócio-econômica da cidade e houve um certo irrealismo na definição e aplicação das normas urbanísticas que norteiam o Plano.

Santos Neves, por outro lado,

admitiu que o PDU tenha aspectos positivos: "Apóia-se em estudos básicos, constitui um excelente esforço de planejamento e é um estudo abrangente".

Ao convocarem palestrantes, os vereadores deram ênfase na chamada aos empresários, que, sendo quatro, suplantaram numericamente os dois técnicos que expuseram uma visão positiva do Plano. O primeiro foi Laerce Machado, que inaugurou o ciclo, rebatendo uma a uma as críticas feitas ao PDU e com sensibilidade política elogiou todas as intervenções feitas, na medida do possível, propondo que os vereadores formulassem emendas que não alterassem em muito os fundamentos do PDU.

Para finalizar as palestras, falou o secretário do Planejamento, Arlindo Vilaschi, que abordou os principais artigos do Plano, também tentando rebater as acusações que contra ele foram assacadas. Chegou a manter um debate ríspido com o empresário Daniel Alves, o que, no entanto, não levou a maiores consequências.

Como já se poderia prever, os debates também contaram com observações mais ousadas. O vereador Ademir Antunes, por exemplo, lembrou que o vice-líder da Arena, Appolinário Marinho Delmaestro, dissera ter o prefeito de Vitória uma gaveta cheia de empregos para negociar a aprovação do PDU com os vereadores. A posição de Marinho, como interlocutor do prefeito Carlos Von Schilgen, foi contestada por Laerce Machado, que disse que a única pessoa nesta condição é o líder da Arena, Claudionor Lopes Pereira.

O vereador Antônio Pelaes, por sua vez, ao abordar a questão dos gabaritos propostos pelo PDU, disse que os relativos ao bairro Mata da Praia não tinham sofrido limitações, provavelmente porque "o empreendimento pertencia a um cunhado do prefeito Von Schilgen". De todo modo, os debates foram realizados com um plenário cheio, como poucas vezes acontece na Câmara. Na quinta-feira desta semana, possivelmente, terá início um outro tipo de debates. Desta vez, numa promoção do Instituto dos Arquitetos do Brasil, serão reunidas as lideranças de bairros. Afinal, depois de ser elaborado e discutido sem uma participação mais efetiva do povo, propriamente dito, o PDU poderá ser criticado pelos que realmente serão por ele atingidos.